



PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI 0001912-76.2011.2.00.0000

Requerente: Conselho Superior da Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho - 12ª Região (sc)

Requerido: Conselho Nacional de Justiça

EMENTA: PROPOSTA DE ANTEPROJETO DE LEI. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO. CRIAÇÃO DE 4 VARAS COM OS RESPECTIVOS CARGOS DE JUIZ DO TRABALHO DE 1ª INSTÂNCIA E DE SERVIDORES EFETIVOS. PROPOSTA EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO Nº 63/2010 DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO. INEXISTÊNCIA DE ÓBICE DE NATUREZA ORÇAMENÁRIA. APROVAÇÃO PARCIAL DA PROPOSTA.

I- A proposta de criação de 4 varas do trabalho (duas no Município de Chapecó, uma em Brusque e uma na Cidade de Palhoça), além dos respectivos cargos de Juiz do Trabalho e de servidores efetivos no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região foi aprovada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e referendada pelo Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho com base em estudos técnicos que demonstraram a necessidade da medida, estando em conformidade com o disposto na Resolução nº 63/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

II- Pareceres da Assessoria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho Superior do Trabalho e do Departamento de Acompanhamento Orçamentário deste Conselho Nacional de Justiça, demonstram que o Tribunal dispõe de margem de crescimento suficiente para suportar essas despesas, não excedendo o limite legal e prudencial estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, inexistindo, pois, qualquer óbice de natureza orçamentária à proposta.

III- Impõe-se, dessa forma, a aprovação parcial da proposta referendada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pelo Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, por atendidos os princípios da legalidade e da conveniência administrativa, com a exclusão dos quatro cargos de Juiz do Trabalho Substituto, amoldando a proposta ao decidido em outros anteprojeto de lei relativos a diversos TRT's.

RELATÓRIO

Cuidam os presentes autos de proposta de anteprojeto de lei apresentada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região para a criação de 4 Varas do Trabalho (uma no Município de Palhoça, duas em Chapecó e uma em Brusque) e do Serviço de Distribuição de Feitos de 1ª Instância e Centralização de Mandados em Brusque, bem como de cargos de Juiz do Trabalho, Analista Judiciário, Técnico Judiciário e de cargos em comissão e funções comissionadas para atender esses novos órgãos, justificando a proposta no aumento da movimentação processual naquelas localidades.

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por unanimidade, aprovou parcialmente a proposta, nos termos do voto do Eminentíssimo Conselheiro Relator Marcio Vasques Thibau de Almeida, encaminhando ao Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho a sugestão de anteprojeto de lei para criação de 4 Varas do Trabalho, sediadas nos Municípios de Palhoça (1 Vara), Chapecó (2 Varas) e Brusque (1 Vara); 8 cargos de Juiz do Trabalho, sendo 4 de Juiz do Trabalho Titular e 4 de Juiz do Trabalho Substituto; 48 cargos efetivos, sendo 32 cargos de Analista Judiciário, Área Judiciária e 16 cargos de Técnico Judiciário, Área Administrativa.

O Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, convalidou a a decisão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, determinando o envio do processo ao Conselho Nacional de Justiça, para deliberação, na forma do voto do Excelentíssimo Ministro João Batista Brito Pereira, Relator do feito.

Encaminhados os presentes autos ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário deste Conselho, foram apresentadas informações no sentido de que o Tribunal dispõe de margem de crescimento suficiente para suportar as despesas decorrentes do anteprojeto de lei e que o impacto orçamentário da proposta se enquadra nos patamares estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (INF28).

Instado a se manifestar, o Departamento de Pesquisas Judiciárias informa que o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, em relação à situação de pessoal, apresentou a melhor situação quando comparado com a média da Justiça do Trabalho, a Justiça Federal de Santa Catarina e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Tribunal Federal que atende àquela unidade da federação, entendendo pela desnecessidade de criação de novos cargos de magistrados de 1º grau e de servidores (INF30).

É o relatório.

MÉRITO

O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, com jurisdição no Estado de Santa Catarina, apresentou proposta de anteprojeto de lei para a criação de 4 varas do trabalho, sendo duas no Município de Chapecó, uma em Palhoça e uma em Brusque, esta com o respectivo Serviço de Distribuição de Feitos do 1º Grau e Central de Mandados, além de 4 cargos de juiz do trabalho, 4 cargos de juiz do trabalho substituto, 5 cargos em comissão, sendo 4CJ-3 e uma CJ-1, 35 (trinta e cinco) funções comissionadas, sendo 12 FC-5, 10 FC-4, 8 FC-3 e 5 FC-2, além de 55 (cinquenta e cinco) cargos efetivos de servidores, sendo 40 de Analista Judiciário - Área Judiciária, 3 de Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade Execução de Mandados e 12 de Técnico Judiciário - Área Administrativa.

O referido Tribunal justificou a proposta no expressivo crescimento da movimentação processual naqueles Municípios, sendo a criação dos cargos de magistrados e servidores necessários para o funcionamento daquelas novas unidades.

Ao analisar a proposta, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, tomando por base dados administrativos estatísticos, orçamentários e financeiros, acolheu parcialmente a proposta, aprovando o encaminhamento ao Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho a sugestão de anteprojeto de lei para criação das 4 varas do trabalho, além de 8 cargos de Juiz do Trabalho, sendo 4 de Juiz do Trabalho Titular e 4 de Juiz do Trabalho Substituto, e 48 (quarenta e oito) cargos efetivos, sendo 32 (trinta e dois) de Analista Judiciário, Área Judiciária e 16 (dezesseis) de Técnico Judiciário, Área Administrativa.

O Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho convalidou a decisão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, com o encaminhamento a este Conselho da proposta de anteprojeto de lei para criação das 4 varas do trabalho, os 8 cargos de juiz e os 48 de servidores.

Cabe ressaltar que já tramita no Congresso Nacional outro projeto de lei de iniciativa do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, o PL nº 7573/2010, que prevê a criação de 2 novas varas do trabalho (uma no Município de São Bento do Sul e outra na Cidade de Navegantes), 4 cargos de juiz do trabalho (2 titulares e 2 substitutos) e 42 (quarenta e dois) cargos de servidores efetivos. Destaque-se que

referido Projeto de Lei foi considerado nas análises técnicas procedidas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

O impacto financeiro que será causado pela criação dessas 4 varas e dos cargos de juizes e servidores foi analisado em duas instâncias, tanto pela Assessoria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho Superior do Trabalho como pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário deste Conselho Nacional de Justiça, sendo que ambos os órgãos afirmaram que, mesmo quando adicionado ao impacto decorrente da implantação do Projeto de Lei que já tramita no Congresso Nacional, o Tribunal dispõe de margem de crescimento suficiente para suportar essas despesas, mantendo-se enquadrado nos patamares estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Inexiste, pois, qualquer óbice de natureza orçamentária à proposta em comento.

Quanto à criação das 4 varas do trabalho, os pareceres técnicos apresentados atestam que, nos últimos três anos, o número de processos recebidos nas varas existentes nos Municípios de Brusque e Chapecó tem sido superior a 1.500 (mil e quinhentos), portanto, atendendo ao disposto no parágrafo único do artigo 9º da Resolução nº 63/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho que dispõe que *"Nas localidades que já disponham de Varas do Trabalho, a criação de uma nova unidade somente poderá ser proposta quando a média de processos anualmente recebidos em cada Vara existente, apurada nos três anos anteriores, for igual ou superior a 1.500 (mil e quinhentos)"*.

Por seu turno, a criação da Vara de Palhoça diminuiria o volume de processos existentes na Vara de São José, que atualmente abrange a jurisdição daquele Município, a qual recebeu, no ano de 2010, 3.503 (três mil quinhentos e três processos).

Além disso, conforme estudo da Coordenadoria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho, estima-se que a vara do trabalho de Palhoça receberia mais de mil processo por ano, haja vista que, nos últimos três anos, a média de processos originados nos municípios que estariam sob a jurisdição desta alcançou o número de 951 (novecentos e cinquenta e um) processos, com o quantitativo de empregos formais na região superando os 30.000 (trinta mil), conforme Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho. Logo, a criação de uma vara no Município atende ao disposto no artigo 9º da citada Resolução nº 63/2010, segundo o qual *"A criação de Vara do Trabalho em localidade que ainda não conta com uma Unidade da Justiça do Trabalho condiciona-se à existência, na base territorial prevista para sua jurisdição, de mais de 24.000 (vinte e quatro mil) trabalhadores ou ao ajuizamento de pelo menos 350 (trezentos e cinquenta) reclamações trabalhistas por ano, apuradas nos três anos anteriores"*.

A criação das quatro varas do trabalho, portanto, atende aos requisitos exigidos para tal.

No que pertine à criação dos 4 cargos de juizes do trabalho e 4 de juiz do trabalho substituto, a proposta atende ao previsto no artigo 10 da citada Resolução nº 63/2010, que estabelece que a quantidade de cargos de juizes do trabalho substituto deverá corresponder ao número de varas do trabalho, haja vista que, conforme dados da Coordenadoria de Estatísticas do Tribunal Superior do Trabalho, a 12ª Região possui 54 (cinquenta e quatro) varas do trabalho e 108 (cento e oito) cargos de juiz de 1ª instância (54 cargos de juiz do trabalho e 54 cargos de juiz do trabalho substituto). Com a criação das 4 novas varas a Região passará a ter 58 varas e 116 cargos de juiz de 1º grau, sendo 58 cargos de juiz do trabalho substituto, portanto, respeitando o disposto naquela diploma.

Acerca da criação de cargos de servidores, efetivos e comissionados, a proposta trazida a este Conselho Nacional de Justiça está lastreada em diversos dados estatísticos, além de elucidativo Parecer da Assessoria de Gestão de Pessoas do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Evento REQINIC10), onde resta demonstrada a necessidade da criação dos 48 (quarenta e oito) cargos efetivos, sendo 32 (trinta e dois) de Analista Judiciário e 16 (dezesesseis) de Técnico Judiciário, de forma a propiciar a instalação das varas do trabalho a serem criadas, mantendo-se o quadro de servidores do Tribunal dentro dos limites mínimos previstos na Resolução nº 63/2010 daquele Conselho Superior.

Cabe aqui destacar, inclusive como demonstração do rigor na análise da questão, que a quantidade de cargos aprovada, 48 (quarenta e oito), é inferior ao previsto na proposta original, que era de 55 (cinquenta e cinco). Já em relação à criação de cargos e funções comissionadas, em número de 40 (5 cargos comissionados e 35 funções comissionadas), não se aprovou nenhum deles, haja vista que a quantidade já existente na estrutura da 12ª Região supera o limite estabelecido pela supracitada Resolução nº 63/2010.

Não obstante o detalhamento técnico com que analisada a proposta, demonstrando a necessidade da sua aprovação em parte, foi solicitado, ainda, parecer do Departamento de Pesquisas Judiciárias deste Conselho (DPJ) que, em sua manifestação, concluiu pela desnecessidade da criação de cargos de juiz de 1º grau e de servidores, por considerar que a situação do Tribunal é favorável quando comparada com a média da Justiça

do Trabalho, a Justiça Federal de Santa Catarina e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

A manifestação do Departamento de Pesquisas Judiciárias tomou por base os dados estatísticos do "Justiça em Números" do ano de 2010, fazendo uma comparação dos índices do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região com os da média da Justiça do Trabalho e os da Justiça Federal de Santa Catarina e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Tribunal Federal com jurisdição sobre aquele Estado da Federação, quanto aos itens "Litigiosidade", "Cargos Efetivos de Servidor por 100 Mil Habitantes", "Cargos Efetivos de Servidor por Cargosa Existentes de Magistrados" e "Cargos Efetivos de Servidor por 100 Mil Km²".

Considerando que a manifestação do Departamento de Pesquisas Judiciárias, cujo trabalho é digno dos maiores elogios, poderia sugerir a desnecessidade da criação dos cargos previstos no anteprojeto de lei, cabem algumas considerações acerca de suas conclusões, de forma a não deixar dúvidas acerca da aprovação da proposta submetida a este Conselho.

Apesar de servir como poderoso instrumento na elaboração de um planejamento estratégico, a ciência da Estatística não deve se ater à mera comparação de dados, sendo necessária a interpretação destes, de forma a melhor compreender as situações apresentadas.

No caso, a comparação entre dados obtidos entre tribunais diversos e, principalmente, entre ramos diversos do Poder Judiciário, deve vir acompanhada de uma reflexão acerca das especificidades desses órgãos, de forma a não incorrer em erros de interpretação dos dados apresentados.

A Justiça do Trabalho, como ramo especializado do Poder Judiciário, possui particularidades que a diferenciam da Justiça Federal, devendo esses fatores serem considerados em situações como a que se ora apresenta.

Não se pode desprezar o caráter social da Justiça do Trabalho, cujo objeto, na esmagadora maioria dos casos, trata de prestações de natureza alimentar, cuja satisfação exige o máximo de rapidez. Uma Justiça do Trabalho célere e eficiente é a garantia da paz social.

Outro fator que a difere dos demais ramos do Judiciário diz respeito à própria dinâmica do processo trabalhista.

Ao contrário do que se encontra na Justiça Federal (e também nos demais ramos do Judiciário), a quase totalidade das ações propostas na Justiça do Trabalho, as denominadas "reclamações trabalhistas", possuem uma pluralidade de pedidos, ou seja, em uma única ação se encerram diversas outras. Ademais, as questões envolvem, majoritariamente, matéria de prova, necessitando de uma produção de prova muito mais complexa e trabalhosa, exigindo a realização de longas e diversas audiências. Julgamentos "em bloco", com a decisão de diversos processos semelhantes, como é comum na Justiça Federal, praticamente inexistem na Justiça do Trabalho, onde as ações são, em quase sua totalidade, sempre distintas entre si.

O resultado disso é que o tempo necessário para a instrução e o julgamento de uma ação trabalhista, em média, é muito superior ao de uma ação na Justiça Federal.

Também no que se refere à comparação entre dados dos Tribunais Regionais do Trabalho com os dos Tribunais Regionais Federais impõe-se algumas considerações, de forma a se evitar as distorções verificadas.

Enquanto existem no país cinco Tribunais Regionais Federais, o número de Tribunais Regionais do Trabalho é de 24 (vinte e quatro). Assim, comparar dados referentes ao número de magistrados ou servidores por número de habitantes ou por Km² acarreta distorções gritantes, não podendo ser consideradas.

No caso destes autos, não há como comparar esses dados entre o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, que possui jurisdição apenas no Estado de Santa Catarina, com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que tem jurisdição nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, portanto, com uma extensão e um número de habitantes muitas vezes maior.

Por fim, não se pode olvidar que o expressivo crescimento econômico do Brasil, e em particular do Estado de Santa Catarina, cuja projeção se estende para os próximos anos, tem reflexo direto no incremento das demandas trabalhistas, o que exigirá por parte desse ramo do Judiciário um melhor aparelhamento para fazer frente a essa maior demanda.

Conclui-se que a proposta aprovada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, e referendada pelo Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, se encontra fundamentada em dados estatísticos e pareceres técnicos que demonstram a necessidade de sua aprovação, atendendo aos princípios da legalidade e da necessidade e oportunidade administrava.

Assim, considerando a existência de disponibilidade orçamentária e, ainda, a comprovação, através dos elementos constantes dos autos, da necessidade da criação das 4 varas do trabalho e dos respectivos cargos de juiz de 1ª instância e de

servidores efetivos no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, é de se referendar a proposta, nos termos em que aprovada pelo Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho.

. Contudo, por ocasião da sessão de julgamento, acatei ponderação do Plenário deste Conselho no sentido de decotar a criação dos quatro cargos de juiz do trabalho substituto, amoldando o presente ao decidido em outros anteprojetos de lei relativos a diversos TRT's.

Ante o exposto, aprovo, em parte, a proposta de anteprojeto de lei para a criação de 4 varas do trabalho (duas no Município de Chapecó, uma em Brusque e uma na Cidade de Palhoça), além de 4 (quatro) cargos de Juiz do Trabalho e 48 (quarenta e oito) cargos efetivos de servidores, sendo 32 (trinta e dois) de Analista Judiciário, Área Judiciária e 16 (dezesesseis) de Técnico Judiciário, Área Administrativa, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Brasília, 05 de julho de 2011.

NELSON TOMAZ BRAGA
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por NELSON TOMAZ BRAGA em 06 de Julho de 2011 às 16:19:26



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

30/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **77803**



11070616203300000000000077095